



EXCELENTÍSSIMOS MEMBROS DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO/SP.

EXCELENTÍSSIMO PRESIDENTE, ILUSTRÍSSIMOS SENHORES VEREADORES.

Veto Total ao Projeto de Lei nº 33/2026- de autoria da Vereadora Maria Angela Laurito de Moares que: "Institui a organização e regulamentação do uso de espaços públicos para estacionamento de bicicletas no Município de São Sebastião e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 47 da Lei Orgânica Municipal, em consonância com o art. 66, §1º, da Constituição Federal, vem, respeitosamente, **VETAR TOTALMENTE** o Projeto de Lei nº 33/2026, de autoria da Vereadora Maria Angela Laurito de Moares, pelas razões jurídicas a seguir expostas:

1. DA TEMPESTIVIDADE

O presente veto é tempestivo, nos termos do artigo 47 da Lei Orgânica Municipal.

Considerando que o Projeto de Lei nº 33/2026 foi recebido pelo Poder Executivo em 20 de maio de 2026, a manifestação ora apresentada observa o prazo legal para apreciação da matéria e comunicação das razões do veto ao Poder Legislativo.

2. RAZÕES E JUSTIFICATIVAS DO VETO

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO	
PROTOCOLO Nº	916/26
DATA	12/06/26
HORÁRIO	14:44
VISTO	Eliminado

Fiscalize seu Município: www.portaldocidadao.toe.sp.gov.br



Autenticar documento em <http://nopapercloud.saosebastiao.sp.leg.br/autenticidade> com o identificador 310034003400350034003A00540052004100. Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



Após análise do Projeto de Lei nº 33/2026 e considerando o Parecer Jurídico exarado pela Procuradoria Municipal nos autos do Processo Administrativo nº 11.310/2026, verifica-se a existência de vício de inconstitucionalidade formal que impede sua sanção.

Embora a proposta trate de tema relacionado ao interesse local, a Procuradoria Municipal concluiu que o projeto interfere na organização e nas atribuições da Administração Pública Municipal, matéria cuja iniciativa legislativa é reservada privativamente ao Chefe do Poder Executivo, nos termos do artigo 41, inciso II, da Lei Orgânica do Município.

A proposição estabelece obrigações administrativas e impõe providências a serem implementadas pela Administração Municipal, invadindo esfera de competência exclusiva do Poder Executivo e afrontando os princípios constitucionais da separação dos poderes e da reserva da administração.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo é pacífica no sentido de que normas de iniciativa parlamentar que criam atribuições ou interferem na estrutura e no funcionamento da Administração Pública padecem de vício formal insanável, por usurpação de competência legislativa reservada ao Chefe do Poder Executivo.

Dessa forma, o Projeto de Lei nº 33/2026 encontra-se eivado de inconstitucionalidade formal, razão pela qual sua sanção se mostra juridicamente inviável.

3. DO DEVER CONSTITUCIONAL DE VETAR

O veto jurídico constitui instrumento de controle preventivo de constitucionalidade colocado à disposição do Chefe do Poder Executivo, com a finalidade de impedir o ingresso no ordenamento jurídico de normas incompatíveis com a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal.

Nessas circunstâncias, diante da constatação de vício formal insanável, impõe-se o veto integral da proposição, em observância aos princípios da legalidade, da segurança jurídica e da harmonia entre os Poderes.





4. CONCLUSÃO

Diante do exposto, com fundamento no artigo 47 da Lei Orgânica Municipal e acolhendo integralmente os fundamentos constantes do Parecer Jurídico da Procuradoria Municipal, **VETO TOTALMENTE O PROJETO DE LEI Nº 33/2026**, por vício de inconstitucionalidade formal decorrente da invasão de matéria sujeita à iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo.

Renovo a Vossas Excelência e aos Ilustríssimos pares os protestos de elevada estima e distinta consideração.

São Sebastião, 12 de junho de 2026.

REINALDO ALVES
MOREIRA
FILHO:36947981883

Assinado de forma digital por
REINALDO ALVES MOREIRA
FILHO:36947981883
Dados: 2026.06.12 14:16:21
-03'00'

REINALDO ALVES MOREIRA FILHO

Prefeito

